

Da zona de conforto para a zona de confronto: reflexões sobre o uso de meios de ação disruptivos no movimento estudantil

**Amanda Oliveira
Sanfilippo**

Graduada em Ci-
ência Política pela
Universidade de
Brasília (UnB).

Contato:

<sanfilippo.aman-
da@gmail.com>

Palavras-chave:

Repertório; Meios
de ação; Violên-
cia. Ocupação.

Key-words:

*Repertory; Means
of action; Violen-
ce. Occupation.*

Resumo: O caso de ocupações estudantis de escolas, universidades e institutos federais ocorridas em 2016 funciona como um bom gatilho para a reflexão acerca do uso de meios de ação disruptivos, por parte de indivíduos que não possuem acesso privilegiado aos canais decisórios, e do debate que diz respeito à relação entre política e violência. O caso da UnB – Universidade de Brasília foi tomado como exemplo e permitiu pensar a noção de conflito para além de um contraponto ao consenso, e pensar a política em conjunto ao universo de dominações, afastando-se de um entendimento neutro e não posicionado.

Abstract: *The case of student occupations of schools, universities and federal institutes in 2016 serves as a good trigger for reflection on the use of disruptive means of action by individuals who do not have privileged access to decision-making channels, and the debate that the relationship between politics and violence. The case of UnB – Universidade de Brasília was taken as an example and allowed the notion of conflict to be thought beyond a counterpoint to the consensus, as well as the politics being thought together with the universe of dominations, moving away from a neutral and not positioned point.*

Introdução

Qualquer sociedade, na qual exista uma estrutura de Estado, é passível de que haja tensão entre este e a sociedade civil. O conflito é parte constitutiva das sociedades, sejam elas quais forem, e modelador das ações e das instituições. Não são as relações de conflito sozinhas, entretanto, que produzem uma estrutura social. Essa se organiza somente por meio da união de forças de atração e repulsão. A oposição e o conflito podem dar aos indivíduos mais vitalidade, satisfação íntima, distração, equilíbrio interior e alívio (mesmo quando as vitórias não estão nítidas), sendo assim uma parte essencial das relações e estruturante da vida urbana moderna (MORAES FILHO, 1983).

Este ensaio contribui para o debate sobre o uso de meios de ação disruptivos por parte de grupos civis organizados e adentra a discussão sobre a relação entre política e violência. Reflete também sobre a ação de ocupar e suas performances, em especial as ocupações estudantis ocorridas no Brasil no ano de 2016. O principal objetivo é refletir sobre os motivos que levam pessoas que não possuem acesso privilegiado aos canais decisórios da política a optarem por meios de ação disruptivos para alcançarem o que almejam.

A violência será entendida, neste trabalho, como uma qualidade que damos a determinadas ações de acordo com o contexto no qual estamos inseridos (construção social relacionada ao entendimento dos grupos sobre as ações em determinados espaços e períodos de tempo). Dessa forma, é possível que entendamos que a construção do que é ou não violência consiste em uma luta política e os movimentos sociais têm papel importante nessa, uma vez que são capazes de mover a linha do que é ou deixa de ser violência através de suas ações e posicionamentos (MICHAUD, 1989).

Quando separamos as noções de violência e conflito temos como principal ganho a possibilidade de enquadrar a ação como não violenta e, assim, poder legitimá-la ou não diante do poder institucional do Estado (que se entende, seguindo a famosa

formulação de Weber, como detentor do monopólio da violência e único passível de exercê-la legitimamente)¹.

O conflito como característica definidora da política é ponto causador do incômodo que se tem, no geral, ao tratar sobre o assunto. Esse é negado e propostas sobre a possibilidade de organizações exclusivamente harmônicas chegam a ser pautadas. O conflito pode ser entendido como fator indicador de que os interesses de um grupo não estão sendo considerados por outros, como já apontado por Maquiavel (2007, [1513]), sendo o antagonismo político forma de mostrar resistência aos padrões de dominação vigentes

Ao pensar violência não é possível condensá-la em um único bloco homogêneo. Slavoj Žižek (2014) propõe uma divisão entre violência subjetiva e objetiva. A primeira seria aquela exercida por agentes facilmente identificáveis, a parte mais visível. Essa se dá em oposição a um plano de fundo que é entendido como o grau zero de violência, é uma perturbação ao estado pacífico/normal. A violência objetiva, por sua vez, é aquela inerente a esse estado normal das coisas, é a violência necessária para manutenção da ordem. É invisível e sustenta a normalidade. Ações de violência subjetiva podem ter como uma de suas motivações justamente as consequências da violência objetiva que atua na estruturação das vidas e cotidianos dos indivíduos. Essa deixa marcas profundas e duradouras, podendo transpassar momentos e locais.

O ano de 2016, no Brasil, foi atípico no que diz respeito à política. Denunciada por crime de responsabilidade, em 2015, com a denúncia aceita pela Câmara dos Deputados em 2 de dezembro do mesmo ano, a então presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), passou por um processo de afastamento que resultou em seu *impeachment* no dia 31 de agosto de 2016. O vice-presidente Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), assumiu o poder e passou a implementar uma agenda conservadora e completamente contrária à proposta pela chapa durante as eleições.

¹ O conflito pode não ser violento. Entretanto, determinados tipos de ação irão sempre ser enquadrados no âmbito da violência. Independente do conceito de violência que estiver sendo utilizado ou do jogo de palavras que possa ser feito.

O exercício do poder por parte desse se deu em conjunto com outros políticos (oposição ao PT) que também objetivavam a implementação dessa agenda.

Diante desse cenário a movimentação social se fez inevitável. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 55 de 2016 no Senado Federal (PEC nº 241 de 2016 na Câmara dos Deputados) é uma parte importante do pacote de medidas do governo de Michel Temer. De acordo com ele, a proposta visa amenizar a atual crise fiscal brasileira, equilibrar as contas públicas e retomar o crescimento e a confiança. A proposta visa alterar o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para instituir um "Novo Regime Fiscal" (NRF) e constitucionalizar a política fiscal e orçamentária por vinte anos (nos próximos cinco governos presidenciais). Dessa forma, o orçamento seria congelado detendo-se a um reajuste vinculado a inflação do ano anterior como o único possível, sob pena para o descumprimento desse (VIEIRA JUNIOR, 2016).

Diversas foram as reações à proposta do Novo Regime Fiscal. Dentre seus opositores estão aqueles/as que acreditam que essa é uma tentativa de dar um peso maior à responsabilidade fiscal à custa de um déficit na responsabilidade social. O enorme impacto da proposta no país, alinhado com a falta de discussão ampla e prévia sobre o assunto e as possíveis mudanças negativas no que diz respeito às questões sociais fizeram com que grupos da sociedade civil se mobilizassem. Em diferentes locais, espaços públicos foram ocupados por estudantes. As escolas secundaristas do Paraná, que tiveram suas primeiras ocupações já no início de outubro de 2016, foram, certamente, precursoras.

Além da PEC nº 55 de 2016 outros pontos são questionados pelos/as estudantes desde o início das ocupações. Esses são contrários também à Medida Provisória (MP) nº 746 de 2016 que trata sobre a reforma do Ensino Médio, altera a lei de diretrizes e bases da educação nacional atual e modifica o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. O Projeto de Lei "Escola Sem Partido" (PLS 193/2016), que parte de um pressuposto de possível neutralidade, visa impedir que docentes abordem suas preferências ideológicas, morais ou religiosas em sala de aula buscando não enviesar o debate. Sabemos, entretanto, que o viés é parte indissociável de nossos discursos, pensar uma neutralidade ideológica é fingir que esse não existe e lidar com um cenário impossível de se concretizar.

Outros estados, escolas, institutos federais e universidades, para além dos secundaristas do Paraná, somaram-se à causa. Esse ensaio se atentará às ocupações da Universidade de Brasília numa tentativa de dialogar com as teorias que dizem respeito aos movimentos sociais, repertórios de ação e violência. Diante desse cenário, o presente trabalho busca entender porque os estudantes da UnB optaram por ocupar a reitoria da universidade nesse momento político exposto, em vez de buscar atendimento às suas demandas pelas vias internas/burocráticas/institucionais oferecidas pela universidade.

Como proposto por Bringel (2012b) o movimento estudantil será entendido aqui como movimento

sócia, por entender que o caso estudado ultrapassa os limites da ação coletiva e articula diferentes elementos presentes também nos demais movimentos sociais². As características e especificidades desse (predominância de uma classe média, objetivos em curto prazo, organização variável, amplo espectro ideológico, predominância de demandas internas) serão consideradas e lidas como essenciais para seu entendimento e análise.

O presente trabalho teve como base uma pesquisa qualitativa pautada na observação participativa da pesquisadora ao longo de toda ocupação, entre os meses de novembro e dezembro de 2016 e em entrevistas semiestruturadas realizadas individualmente, ao fim do mês de novembro, com cinco estudantes³ da Universidade de Brasília que participaram de uma ou mais ocupações de prédios na Universidade e compuseram o OcupaUnB (grupo formado por estudantes integrados no processo de ocupação dos prédios da UnB). É importante ressaltar que esse grupo, não reconhecia nenhum/a ocupante como líder ou porta-voz. No entanto, o não reconhecimento de líderes por parte do grupo não impediu que uma ou outra pessoa se destacasse e assumisse papel de liderança em alguns momentos (podendo essas pessoas variarem de acordo com a situação vivida e/ou o que está sendo discutido).

A pesquisadora e o acompanhou de forma atenta desde o início até a sua finalização, tendo conseguido colher dados privilegiados por meio de suas vivências e atuações. Por fazer parte do movimento estudantil (ME) da Universidade de Brasília desde 2013 e compor a ocupação de 2016 desde seu primeiro dia a pesquisadora pode observar de perto o desenrolar dessa e dialogar com os/as envolvidos com intimidade (muitos também já compunham o ME há mais tempo).

O entendimento sobre os vieses da pesquisa se dá pautado em autores como Álvaro Pires (2008), que ressalta as transformações dentro do campo das ciências sociais, no qual a valorização da realização dessa como uma ciência natural, que deveria repousar sobre a lógica da neutralidade, tem perdido força. Atuar em campo é certamente interagir, trocar experiências, ensinar e aprender, sendo a relativização da neutralidade científica, portanto, necessária. Eticamente bem orientado, o viés, que já fora (e ainda é) entendido como grande problema, pode contar de forma favorável para o fazer ciência.

Dos meios de ação

Charles Tilly foi um dos grandes contribuintes teórico-metodológicos para os estudos de movimentos sociais. Dentre suas conceituações, ressaltou-se a noção de repertório. Tal ideia diz respeito a formas contenciosas de ação, todo o conjunto de meios que um grupo tem para apresentar demandas de diferentes tipos a diferentes indivíduos (DELLA PORTA, 2011). Para esse autor, o conflito é aquele fenômeno que estrutura a vida social. A partir de tal entendimento, sua Teoria do Processo Político visa explicar as mobilizações coletivas por meio do contexto político da estrutura de oportunidades e ameaças políticas (ALONSO, 2012). Esse trabalho em muito se beneficiará da produção teórica de Tilly e do seu entendimento de conflito como fator estruturante da vida social.

2 "...definição de reivindicações, demandas e objetivos coletivos; exposição dessa problemática a interlocutores políticos por meio de diferentes estratégias e repertórios de ações coletivas; mínima organização com certo grau de continuidade no tempo; caráter não-institucional; trabalho comum que leva à construção de uma identidade coletiva, mesmo que incipiente" (BRINGEL, 2012b, p. 31).

3 Os nomes dos entrevistados foram alterados para manter o sigilo sobre suas identidades. A escolha desses se deu de acordo com a disponibilidade de ceder entrevista e com o prédio o qual ocuparam. Buscou-se entrevistar ocupantes de prédios diversos da Universidade para tentar englobar as possíveis diferenças entre as formas de ocupar e as técnicas empregadas no processo. Um total de 5 pessoas foram entrevistadas, 3 homens e 2 mulheres, entre os 20 e os 23 anos, sendo 4 não brancas e 1 branca. Os temas abordados nas entrevistas se relacionam às possíveis vantagens e desvantagens de ocupar, às diferenças entre ocupar e invadir e aos motivos que levaram a escolha daquele meio de ação. Os dados das entrevistas foram analisados com base na análise de conteúdo.

A noção de repertório se organiza em torno de dois aspectos orientadores principais: restrições e recursos (DELLA PORTA, 2011). Esses são entendidos por Tilly como variáveis importantes para a ação coletiva, assim como os interesses e as oportunidades (BRINGEL, 2012). Tanto a capacidade de repressão das autoridades quanto as brechas (janelas de oportunidade), encontradas pelos desafiantes do sistema, são fatores essenciais para a definição dessas variáveis. Do mesmo modo que a criação ou apropriação de estruturas de mobilização já existentes.

A produção tillyana, desde os anos de 1970, já englobava as noções de estrutura de oportunidade política e estruturas de mobilização. A noção de repertório foi então formulada por Tilly para ir além desses e designar as formas de fazer política em diferentes contextos. O conceito ressalta a lentidão da temporalidade das estruturas culturais e abre espaço para a agência dos indivíduos que deveriam continuamente analisar as oportunidades e ameaças para decidir como agir (ALONSO, 2012).

É importante ressaltar que, mesmo em Tilly, a ideia de repertório não é fixa e única, o próprio autor a modificou ao longo dos anos e de suas experiências, além das adaptações de outros/as autores/as nos mais diversos contextos, adquirindo novos usos e enquadramentos (ALONSO, 2012).

De acordo com Alonso (2012), para Tilly, os detentores de poder (aqueles que ocupam espaços de exercício de poder político, econômico ou social em determinado momento) focalizam em repertórios considerados rígidos, ou seja, que já deram certo no passado, não havendo muito espaço para inovações. Os desafiantes, por sua vez, buscam repertórios flexíveis e fortes, pois a inovação lhes é um ganho. O repertório é disputa política, a transferência desses se dá de forma relacional e é disputado pelos agentes envolvidos em interações conflituosas. A transferência também tem embasamento histórico e culturalmente enraizado, tendo a tradição um forte peso, além dos condicionamentos do ambiente em que os indivíduos em questão estão envolvidos (estruturas de oportunidade).

Para Tilly (1997) as pessoas não agem coletivamente de forma abstrata para influenciar estruturas como a política e/ou o mercado. Grupos e ações específicas são ativadas nas ações coletivas, visando objetivos comuns. Em qualquer tempo o repertório disponível de ações coletivas é limitado. Grupos similares em situações similares, por vezes, acabam por usar diferentes formas de ação coletiva e o significado dessas se altera e se espalha de um grupo para outro.

Tilly produziu teorias que, mesmo não sendo homogêneas, alteram e rompem, em algum grau, com o que fora produzido até então sobre dinâmicas de mobilização, negociação e confronto das ações coletivas. A dicotomia entre ação e estrutura vem sendo questionada por essas teorias e maneiras mais fluidas de lidar com ela se fazem presentes (valorização da capacidade criativa individual e dos fatores históricos estruturantes)⁴.

O contexto influencia diretamente na análise, não sendo possível, assim, fazer constatações igno-

rando o espaço geográfico, político, social e econômico. Nesse sentido, Tilly (1997), ao pensar o contexto americano e, dentro dele, a América Latina e a América do Norte, ressalta a importância de se considerar as políticas de controle social e o papel dos agentes de repressão, que seriam os principais responsáveis tanto por começar como por terminar uma ação violenta.

Ao pensar as ações coletivas de acordo com o espaço geográfico que essas e os movimentos sociais pertencem, Bringel (2012) faz uma crítica à hegemonia da preocupação com o tempo nas teorias de ações coletivas ocidentais. O autor entende que tal pensamento fez com que a reflexão sobre os "espaços de protesto", bem como sobre a dimensão geográfica, se tornassem defasadas e ressalta que as oportunidades políticas devem ser consideradas de acordo com suas diferentes localizações. A importância do conhecimento localizado para o entendimento dos movimentos sociais latino americanos (importância de uma visão territorial e relacional dos espaços) é ressaltada pelo autor.

Um exemplo de outra forma de pensar o conceito de repertório, que inova ao mesmo tempo que não rompe com o proposto por Tilly, e que adapta conceitualizações de acordo com uma vivência do sul e latino-americana é a teoria proposta por Federico Rossi (2015). O autor tem o estudo sobre o movimento dos "piqueteros" na Argentina como objeto empírico de muitos dos seus trabalhos e, a partir desse grupo ele compreendeu que há performances de movimentos sociais as quais são parte fundamental da sua estratégia política, e que não podem ser entendidos no conceito tillyano de repertório de conflito.

Rossi (2015) propõe dois conceitos para o estudo de uma lógica dupla de interação, objetivando contribuir para uma compreensão mais profunda dos processos estratégicos e de execução, que são historicamente enraizados e coletivos (vai além da ênfase exagerada no que diz respeito à dimensão contenciosa). Os conceitos propostos são "repertoire of strategies" (repertório de estratégias) e "stock of legacies" (estoque de legados) e complementariam a noção tillyana de "repertórios de conflito".

A definição de Tilly para repertório de conflito/contencioso perpassa a ideia de um conjunto limitado de ações com base em escolhas pautadas em processos de relativa deliberação que se baseiam no conjunto de relações sociais e em padrões recorrentes com base no capital social e cultural acumulados através das lutas. Rossi (2015), por sua vez, ressalta que tal conceitualização não é capaz de explicar aspectos cruciais das dinâmicas de interação dos movimentos sociais, como situações não contenciosas e aquelas que não chegaram a acontecer, mas que foram planejadas e interação de forma direta com as ações dos movimentos. Se limitarmos nossa análise para as dimensões públicas e contenciosas dos movimentos sociais, comprometemos a visualização integral dos quadros.

Os conceitos de "repertoire of strategies" e "stock of legacies" ajudam a diminuir a distinção artificial entre as políticas controversas e de rotina, entendendo as ações como interações dinâmicas que envolvem o uso seletivo de estratégias baseadas

4 Sidney Tarrow também é importante expoente dessa vertente teórica.

em legados herdados que limitam a percepção de opções disponíveis. Desta forma, a abordagem de Tilly pode ser complementada na análise das ações estratégicas dos movimentos sociais ao longo do tempo (ROSSI, 2015).

Outra abordagem que pode complementar e ampliar a de Tilly é a proposta de Collins (2000) de valorização das experiências vividas e de como essas podem passar a construir categorias de análise sociais, ressaltando a necessidade de os/as pesquisadores/as não se tratarem como sujeitos de um objeto a ser estudado, sendo essa linha mais tênue e menos rígida do que é usualmente colocado. Tal ideia desperta um cuidado especial que se deve ter em abordagens positivistas, uma vez que essas buscam criar descrições da realidade através de generalizações objetivas que costumam excluir todas as características humanas, exceto a racionalidade, sendo essa supervalorizada e fazendo da ciência genuína algo inalcançável. O despreendimento dos valores e interesses de situações únicas (como classe, raça, sexo, gênero) faz com que os/as pesquisadores/as atuem como observadores desprendidos e manipuladores, como se não estivessem, em alguma medida, relacionados com o meio social estudado.

Da violência

O conflito entre desafiantes e autoridades é parte comum das sociedades, está inscrito em suas estruturas. No que diz respeito à teoria política contemporânea, no entanto, de acordo com Miguel (2015), o papel do conflito não é central e o destaque tem ficado para o consenso. A centralidade do consenso tem como grandes expoentes John Rawls e Jurgen Habermas, ambos apreciadores da razão humana e exploradores de seus limites. A crença no fato de que nas circunstâncias adequadas à razão humana seria capaz de orientar-nos em direção a uma plena vivência comum e na superação de dilemas morais se faz presente na teoria dos dois autores que podem ser considerados fundadores da corrente deliberacionista da democracia, pautando, dessa forma, grande parte da democracia liberal ocidental (MIGUEL, 2014).

De acordo com Miguel (2015), mesmo que a política tente superar a violência para garantir a existência da vida comum, não é possível que a excluamos do debate ou que façamos teoria sem considerá-la. Pensar as possibilidades de entendimentos positivos a respeito da violência exige que se aborde o sentimento de impotência por parte dos oprimidos diante de um sistema político impenetrável a suas demandas. De acordo com essa visão, não é possível que esses ajam segundo as formas consideradas aceitáveis, pois seria endossar um sistema o qual não os engloba. Se comprometer com a mudança mostra-se, possivelmente, como única opção. Nem as sociedades consideradas democráticas escapam da lógica de reprodução de uma estrutura violenta e repressão de um contra-ataque violento.

A complexidade da questão da violência se reflete na dificuldade de sua definição. Tilly (1997), por exemplo, aponta que uma possibilidade seria tentar definir o que é entendido como normal/esperado/legítimo por uma sociedade e a partir daí enquadrar os desvios como violentos. Essa abordagem, como explícita o próprio autor, encara dificuldades em

avaliar o estado normal e também afasta da análise a violência exercida por profissionais especialistas (como a polícia) encobrindo possíveis ações violentas por parte desses dentro da legalidade.

No esforço de tentar conceituar violência Galtung (1969) a define como uma violação dos direitos humanos, impedimento de que se cumpram necessidades básicas. Esse também faz uma distinção entre "violência direta", aquela cujo ato pode ser facilmente atribuído a alguém. E "violência estrutural", a qual não consiste em pessoas tentando prejudicar outras, é a que está incorporada na estrutura, que aparece em forma de poder desigual que gera chances de vida desiguais (sendo essa a manifestação mais destrutiva da violência). Coady (1986), por sua vez, critica a larga abrangência das conceituações de Galtung, indo contra seu viés estruturalista. O autor defende uma definição mais restrita de violência e a atrela diretamente à noção de força, sendo impossível definir o conceito de violência independente do de força⁵.

A violência funciona, muitas vezes, como um "catchall" que inclui todas as variedades de protesto, militância, coerção e destruição condenáveis pelo observador em questão. Sendo, assim, um conceito diretamente relacionado à ideia de "violar" e que pode se referir ao uso da força ilegítima. Charles Tilly (1997) aponta a classificação de Grundy e Weinstein para violência, que engloba tanto um entendimento da violência como o uso da força física – sendo esse proibido pela ordem normativa que se presume ser legítima – quanto um entendimento de violência como privação de todos os direitos humanos já afirmados. Os defensores da autoridade constituída, dessa maneira, prefeririam a definição mais estreita enquanto os oponentes a esses, a definição mais ampla. Uma opção intermediária entre esses, entretanto, tem sido a mais adotada por ambos os lados, seja por razões práticas ou políticas.

Tarrow (2009), ao tratar de violência, ressalta que essa pode ser considerada, histórica e atualmente, como a expressão mais perceptível da ação coletiva uma vez que é notícia fácil, preocupa os agentes mantenedores da ordem, atrai espectadores e tem baixo custo de ação (coordenação e controle). As formas de utilização da violência tradicionalmente consistiam na violência real ou potencial que mobilizam indivíduos isolados, estimulam a fúria e integram tanto alfabetizados quanto analfabetos. A violência é usada também de forma deliberada visando unir apoiadores, demonstrar coragem e desumanizar os opositores. Ainda assim, o recurso da violência, quando comparado com as outras formas de ação coletiva, é pouco utilizado nas democracias contemporâneas. Tal transformação diz respeito à ascensão no Ocidente de um Estado supressor da violência privada e controlador da violência organizada, detentor do uso legítimo da violência.

As formas modernas de confronto relacionam-se a um repertório já conhecido e compreendido que possui baixos riscos e tem a potencialidade de atrair grande número de simpatizantes. A greve e as demonstrações são exemplos de como formas de confronto que já foram lidas como disruptivas podem se tornar convencionais. Ou seja, ações que antes eram consideradas transgressoras hoje são formas-padrão de confronto (em muitos locais res-

5 Uma síntese dessa discussão aparece em BU-FACCHI, V. (2005).

guardadas pelas leis e aceitas socialmente) (TARROW, 2009). Nesse ponto, cabe o questionamento sobre as ocupações: estariam essas destinadas a seguirem o mesmo caminho?

Os processos de inovação são raros e difíceis de serem explicados. Um dos principais processos é certamente o alongamento dos limites das formas de ação que já pertencem ao repertório, o qual se dá de forma lenta e gradual. Conforme Tilly (1997), os surgimentos e alterações dos repertórios de acordo com os grupos e os espaços dependem de alguns pontos comuns: os padrões de direito e de justiça vigentes, a rotina diária da população e sua organização interna, as rotinas acumuladas com ações coletivas anteriores e o padrão de repressão no espaço em que a população faz parte. Essas formas de direito e de justiça governam a aceitação ou não de diversos tipos de ação coletiva, não regendo necessariamente de forma particular a ação. A rotina diária da população importa, pois afeta a facilidade com que uma ou outra forma de ação pode ser levada adiante.

A familiaridade é uma forte tática para execução de ações coletivas, visto que quanto mais familiar determinado meio é, melhor acaba sendo sua execução. Esse, no entanto, é um simples fator no que diz respeito às escolhas possíveis entre as opções teoricamente disponíveis. A hipótese de Tilly (1997) é a de que os repertórios flexíveis (situação na qual, mesmo o grupo tendo um forte viés, no que diz respeito a ações já utilizadas, a possibilidade de mudança não é descartada) são os mais presentes em grupos organizados. Os grupos menos organizados, por sua vez, tenderiam a agir de acordo com os repertórios já familiares. Segundo o autor, é possível supor ainda que atores na mesma posição de poder por um longo período de tempo tendem a mover-se de uma forma flexível para um repertório mais rígido, não sendo essa tendência, entretanto, uma regra.

Experiências anteriores também contam. Tanto os próprios sucessos e falhas quanto a observação de grupos semelhantes colaboram para a elaboração de repertórios. A repressão, do mesmo modo, afeta os repertórios de ação. Essa faz uma grande diferença nas ações de curto prazo, uma vez que os grupos mais poderosos podem afetar tanto os custos relativos quanto os retornos prováveis de diferentes formas de ação teoricamente disponíveis. O mesmo vale para as ações de longo prazo, a fixação de altos custos para as ações pode acabar por eliminá-las. Quando uma forma particular de revolta ou de demonstração se espalha rapidamente, o que se difunde não é o modelo do próprio comportamento, mas as informações que dizem respeito aos custos e benefícios associados à ação (TILLY, 1997).

O século XX contribuiu para a ampliação do repertório de ação não violenta e esse ganhou força como meio de ação nos protestos ao redor de todo o mundo. O uso dessa ação como estratégia se espalhou ao longo do século – e em locais onde ainda não estava teorizada – e se adaptou de diferentes formas a partir do sistema no qual estava inserido (TARROW, 2009).

De acordo com Stephan e Chenoweth (2008) é possível compreender resistência não violenta

como um meio de ação civil sem ameaça à vida. Em consonância com Tarrow, as autoras afirmam que a resistência não violenta estratégica pode ser distinguida da não violência por princípios (como religião ou ética) e enquadrada como ação disruptiva. O impacto da ação violenta, já exposto aqui, é capaz de forçar transformações e produzir as mudanças desejadas. As autoras, entretanto, argumentam que a resistência não violenta pode ter uma vantagem estratégica sobre a resistência violenta. Em casos de campanhas não violentas, a repressão pode se dar de forma mais amena.

Ao se incentivar uma solidariedade interna entre os/as membros/as da campanha, pode-se criar dissidência e conflitos entre os adversários e seus apoiadores, diminuindo seu suporte externo e aumentando o da campanha de resistência. Estas dinâmicas seriam mais prováveis de ocorrer quando a violência de um oponente não é enfrentada com contra-repressão violenta pela campanha de resistência e quando isso é comunicado ao público interno e externo. Stephan e Chenoweth (2008) afirmam que seria mais provável agregar apoio e força, assim como denunciar excessos por parte dos grupos que estão sendo questionados, se as manifestações contrárias se dessem em forma de resistência pacífica. Nos estudos dessas autoras, o contraponto de ação não violenta seria ação armada (ex.: terrorismo).

Gelderloos (2011), por sua vez, busca demonstrar como a não violência protege o Estado e corrobora para a perpetuação da dominação desse sobre os indivíduos. As ações não violentas estariam mais sujeitas a beneficiar os objetivos governamentais que os populares e, assim, a fortalecer dinâmicas de poder patriarcais e racistas. A não violência, para o autor, faz parte um código moral pré-estabelecido que impõe uma tática e impede que essas sejam pensadas e escolhidas de acordo com as situações particulares.

Gelderloos (2011) acusa também os defensores da não violência (aqueles que impõe suas ideologias ao movimento e busca dissuadir os outros a luta) de se pautarem em histórias de luta falsas e de excluir totalmente as ações violentas das histórias, mesmo quando essas estiveram presente (ex. processo de independência da Índia e luta pelos direitos civis nos Estados Unidos).

Dos processos

As mudanças de oportunidade e de restrição política, colocadas por Tarrow (2009) como importantes fatores para analisar como surgem os movimentos sociais, modificam ou fornecem incentivos às pessoas. Cada um tem incentivos diferentes e uma mudança de conjuntura que altere as oportunidades (dando abertura ou restringindo-as) e é capaz de colocar uma coletividade em ação, engajando-se em um conflito. Um Estado que seja fortemente rígido e repressor não necessariamente é ponto central de ataques por parte dos grupos organizados. A capacidade do Estado de excluir aqueles que não lhe agradam e de ser rígido com quem tentar desestabilizá-lo pode ser forte o suficiente para manter o *status quo*. Tarrow aponta que os confrontos aparecem mais quanto maiores forem os recursos disponíveis para que os desafiadores (do *status quo*) contrariem a submissão que lhes é imposta e en-

contrem oportunidades para fazer uso desses.

Alguns processos grupais seriam, de acordo com Eric Hirsch (1990), importantes para se compreender a mobilização e os atos de protesto mesmo em situações não favoráveis. Durante a pesquisa, foi possível identificá-los no processo de ocupação na UnB. O primeiro, a conscientização, refere-se ao compartilhamento de símbolos e de valores que contribuem para o reconhecimento entre os atores. Seria, segundo Hirsch, um processo que ocorre com maior facilidade em espaços não hierarquizados.

Nessa linha, as ocupações buscaram ser construídas de maneira tal que todas as pessoas envolvidas tivessem a possibilidade de se expressar e compartilhar quaisquer problemas ou desafios, tendo, na medida do possível, durante a construção, a mesma importância e força. Sabemos, todavia, que essa prática é formalidade. Há desigualdades que permeiam a capacidade das pessoas de se expressarem e determinados tipos de falas e comportamentos são socialmente mais aceitos e respeitados que outros. A presença de movimentos sociais já estruturados, com planos de ação nacional e maior bagagem estratégica se faz importante, mas os/as ocupantes aspiram que aqueles não tomem a linha de frente e nem comandem os processos de forma hierarquizada.

O empoderamento coletivo, segundo ponto colocado por Hirsch (1990), trata do processo no qual os membros do movimento percebem as potencialidades desse e as possíveis vitórias a serem conquistadas, mesmo em processos que desafiam as autoridades. A permanência de ocupantes nos prédios da UnB – mesmo diante de ameaças das instâncias superiores (como a reitoria e o Governo Federal) e da incerteza do futuro das ocupações – reflete tal empoderamento. Há uma crença, por parte de quem está ocupando, de que as ocupações resistirão e trarão vitórias, como a ameaça à aprovação da PEC ou à MP de reforma do Ensino Médio e ao projeto de lei “Escola sem partido”.

A polarização e o processo decisório coletivo são os outros dois pontos ressaltados por Hirsch (1990). A polarização diz respeito à definição da identidade do grupo em contraposição à identidade daqueles que seriam os inimigos, sendo esse um processo central no estabelecimento de conflitos. Nas ocupações em questão, a identidade do grupo de ocupantes foi se concretizando em oposição a grupos atuantes na UnB, como a Aliança pela Liberdade, grupo de caráter liberal que geriu o DCE nos últimos cinco anos e que tem como base “a liberdade e o apartidarismo”⁶; o Movimento Reação Universitária, que se coloca “contra a doutrinação e coerção ideológica, a favor da pluralidade de ideias e da liberdade de expressão, contrários a quaisquer formas de crime e discriminação”⁷ e o Instituto Liberal do Centro Oeste, “organização também promotora de ideias liberais”⁸.

Tais grupos endossaram o manifesto “#RespeitaMinhaAula”, com a justificativa de que as ocupações seriam invasões por parte de grupos autoritários que se negam ao debate e à diversidade de opiniões presente na UnB e que impedem o livre trânsito de pessoas e ideias. Sob o entendimento de

que seriam contrários a qualquer método de ação política que resulte em violência e cerceamento da divergência, categorizando as ocupações nessa categoria, esses grupos ressaltam que debates políticos devem ouvir todos os lados e não interditar prédios e constranger aquelas pessoas que contraponham esse meio de ação. Esses posicionamentos explicitam o que já fora aqui colocado sobre a contradição da ideia de consenso.

Esses afirmavam também que seriam as ocupações (invasão sob seus entendimentos) que estariam ditando quem pode e quem não pode acessar a Universidade e deixam de lado o fato de que o acesso ao espaço universitário já é cerceado pelos recortes sociais.

As ocupações, no que diz respeito aos anseios (atingindo o Governo Federal), não deixam de lado as pautas próprias das escolas, Universidades e Institutos Federais. Ocupar é, dessa forma, ir contra, além dos possíveis cortes nas despesas primárias (sendo a educação uma delas) a um projeto segregador de ensino. Ocupamos espaços que são nossos contra uma lógica que tenta nos alienar deles. Mais do que ir e vir e ter aulas nas salas de aula é necessário que pensemos sobre o que será desses blocos e salas, o que ali será ensinado e de que forma os projetos do governo podem atingir quem ali circula (funcionários, docentes e estudantes):

“O que eles (oposição à ocupação) mais fazem é nos colocar como baderneiros que não tem o que fazer. Acham que ocupação é uma coisa tranquila, que fazemos isso porque gostamos (...) mas não é assim, ocupar não é divertido, é trabalhoso, tem custos de tempo e cansaço (...). Nós que ocupamos não temos nem chance de dialogar com algumas pessoas que já acham que nós e nossas pautas estão erradas só pelo fato de estarmos ocupando”. (Alice, ocupante e aluna de Ciência Política, entrevistada dia 18/11/2016)

Ao entender violência como qualidade das ações de acordo com os contextos, a definição do que é ou deixa de ser violento passa a ser fruto de disputas políticas. (MICHAUD, 1989). Como aponta Wolff (1969) o conceito de violência funciona como um dispositivo retórico que anula os usos políticos da força do que/de quem se considera hostil aos interesses centrais (de manutenção da normalidade imposta), uma vez que diferentes grupos sociais têm diferentes interesses centrais e podem recorrer a diferentes tipos de força, as definições de violência passam a ser múltiplas e conflitantes. No caso das ocupações da UnB essa disputa se deu entre quem entende as ocupações como invasões e como uma ação de cunho violento e ilegítimo, e quem as compreendem como ações legítimas. O enquadramento da violência como algo exclusivamente negativo faz com que essa seja excluída da análise política e, como consequência, afasta a política da realidade social. (MIGUEL, 2015).

É possível, nesse sentido, retomar a discussão de Stephan e Chenoweth (2008) a respeito da conceituação de ação violenta e não violenta. As autoras abordam a ideia de ação não violenta como aquela que pode possuir caráter disruptivo e perturbar a ordem, mas que não gera risco de vida para

⁶ De acordo com a página no Facebook do grupo: <<https://www.facebook.com/alianca.liberdade>>. Acesso em 20/11/2016.

⁷ De acordo com o site do grupo: <<http://reacaouniv.wixsite.com/reacao>>. Acesso em: 20/11/2016.

⁸ De acordo com a página no Facebook do grupo: <<https://www.facebook.com/ILCO-Liberdade>>. Acesso em: 20/11/2016.

terceiros e que se contrapõe a ação armada. Assim, se tomarmos esse conceito como referência, o argumento da oposição às ocupações de que essas seriam invasões violentas é invalidado.

Sobre a diferenciação entre ocupações e invasões, os/as entrevistados/as ressaltaram o caráter político das ocupações e como essas são pautadas em conteúdos concretos.

“Uma invasão é um ato de tomada de um lugar sem um conteúdo por trás, sem um propósito (seja ele de esquerda ou de direita). As ocupações não seriam invasões porque elas têm um propósito muito bem definido, um conteúdo cultural muito forte e que está sendo muito bem desenvolvido. As ocupações estão se articulando de uma maneira muito boa para difundir as propostas e fazer as pessoas pensarem uma nova universidade/escola/instituto, reflitam sobre a possibilidade desse espaço ser de um jeito diferente, do ensino não precisar ser difundido somente naquele modelo rígido de sala-professor-aluno. E os professores também estão envolvidos nisso, as ocupações, no geral, receberam várias aulas, atividades, oficinas ministradas por eles” (Murilo, ocupante e aluno de Antropologia, entrevistado dia 23/11/2016).

Camila, ocupante e aluna de Serviço Social, entrevistada dia 22/11/2016, resalta o caráter político que envolver o ato de ocupar:

“Na minha opinião é um debate político mais do que semântico. A ocupação é reivindicada como ocupação por quem crê que essa é legítima, no caso por nós aqui na UnB que estamos ocupando e por pessoas que são solidárias a nós. Pessoas que são contrárias vão chamar de invasão, em sua esmagadora maioria (...) É uma discussão sempre muito mais política do que de diferença (entre as palavras ocupação e invasão). Sempre quem discorda vai considerar o movimento ilegítimo, vai considerar uma invasão, seja uma ação do MST, seja ocupação de escolas, seja o que for”.

O processo decisório coletivo, último ponto colocado por Hirsch (1990), refere-se à importância de se adotar formas nas quais seja a coletividade quem decida como uma unidade os rumos que o movimento vai seguir. A participação nos processos decisórios gera compromisso por parte dos membros e permite que, mesmo que um ou outro não concorde com a decisão tomada coletivamente, os mesmos a aceitem, pois compreendem que esse processo se deu de forma a englobar a vontade de muitos de seus companheiros e companheiras. No OcupaUnb, assembleias aconteceram com bastante frequência, tanto nas ocupações em separado (em cada espaço ocupado), quanto de forma coletiva entre todas as ocupações. São essas que definem os processos e os rumos do movimento, garantindo que as decisões ocorram de forma coletiva.

Da desilusão

Os diversos atores que compõem a socieda-

de tornam-na intrinsecamente heterogênea, o que acarreta em uma diversidade de táticas, pensamentos, projetos políticos, ações e formas de se relacionar com o Estado. Uma dualidade total entre Estado e sociedade civil, mesmo que nem sempre considerada, permeia o pensamento que coloca o Estado como detentor de todo mal e eternamente culpado pelas mazelas sociais, enquanto a sociedade civil seria sempre boa e virtuosa. A ampla diversidade social e política, no entanto, rejeita tal dualismo e ressalta que a sociedade civil pode contar com atores antidemocráticos, uma vez que é extremamente complexa e há em si diversos conflitos (DAGNINO, OLVERA; PANFICHI, 2006).

O descrédito nas instituições formais e da participação política por vias institucionais se faz presente entre os/as ocupantes. André, ocupante e aluno de Ciência Política, entrevistado dia 22/11/2016, quando questionado se existiriam outras estratégias possíveis para serem adotadas, comenta que, caso ocupar não fosse a principal estratégia escolhida pelo grupo, certamente, seria alguma outra forma de ação direta e ressalta porque a escolha de ocupar foi feita:

“Outras estratégias? Têm. Mas penso em outras estratégias de ação direta não por meio de vias institucionais. Pelos meios institucionais a gente tá perdido. Existem outras formas pelas quais as pessoas conquistaram direitos, ocupar (escolas/universidades/institutos federais) não é única mas é a mais recente. E por ser a mais recente e que deu certo é a que pesa mais na memória das pessoas. Tem toda uma questão simbólica e de memória seletiva. Tem mais de mil escolas ocupadas, o que a gente faz na nossa universidade? A primeira opção que vem a mente é ocupar também, né.”

A escolha de como se manifestar, nesse caso, não abrindo mão das ações diretas, faz paralelo com o que fora colocado por Charles Tilly na década de 90: repertório como linguagem estruturante, conhecimento social, acordos e memórias compartilhadas. Os/as ocupantes têm como compartilhamento comum de estratégias ações disruptivas e essas acabam por ser as primeiras no conjunto de possíveis escolhas. (ALONSO, 2012), Federico Rossi (2015), ao pensar repertórios de estratégias e estoque de legados agrega a essa discussão a noção de que as ações dos grupos que se manifestam podem ser compreendidas como interações dinâmicas que utilizam seletivamente suas estratégias baseando-se em legados herdados que reduzem a percepção de opções disponíveis.

A noção de efetividade apresentada pelos/as ativistas/as pode ser, ao primeiro contato, pouco óbvia. É importante ressaltar que o foco dessa está na possibilidade de atrair novos aderentes a causa, ampliar a atenção pública, debater e difundir o tema (tendo a não aprovação da PEC um foco menor). Isso vem do arcabouço de experiências e de conhecimentos dos/as estudantes. A PEC contava com amplo apoio dentro do Congresso Nacional e com enorme empenho do presidente da República e de sua base aliada. Barrar esse processo exigiria virar o jogo dentro do Congresso, ou seja, entrar em um jogo de troca de benefícios e de poder no qual

a população sairia perdendo. As ocupações, contrárias a esse processo, então, não deixaram de tentar barrá-lo, mas focalizaram em difundir suas consequências.

Segundo Pereira (2012), o questionamento sobre a neutralidade dos processos de participação institucionais se faz necessário. Em muitos desses espaços ocorreria uma exclusão sistemática de determinados grupos, diminuindo suas possibilidades de efetivamente compor o sistema democrático. Além da capacidade de acessar esses processos haveria também uma exclusão interna nesses. Mecanismos segregadores (ex.: modelo discursivo racional) poderiam atuar de forma tal a impor barreiras e impedir o acesso daqueles grupos que não detêm os conhecimentos e competências necessárias (devido à hierarquização desses que faz com que uns sejam mais valorizados que outros).

Em paralelo às mudanças trazidas pela Constituição brasileira de 1988, no que diz respeito à ampliação da participação social na esfera política, ocorreu também a implementação de ajustes neoliberais visando a adequação da sociedade ao modelo proposto pelo Consenso de Washington. Segundo Dagnino (2004), uma *confluência perversa* entre esses dois projetos, que necessitam de uma sociedade civil ativa e propositiva, mas que ideologicamente, seguem direções antagônicas. Um medo dos movimentos sociais diante de tal perversidade reflete em questionamentos por parte desses sobre o fim que terá a sua participação na esfera institucional. A participação da sociedade civil em instâncias de decisão como forma de aprimorar e aprofundar a democracia pode servir justamente a um projeto neoliberal antagônico a essa ideia.

As ideias de que é necessário fortalecer os atores da sociedade civil e incentivar formas não convencionais de fazer política figuram como fundamentais para que o poder se disperse (na medida do possível) entre um número maior de espaços e de pessoas e essas permeiam o presente trabalho. Levar a democracia para além dos locais formalmente estabelecidos é aprimorá-la. A profundidade da mesma aumenta à medida que atores e demandas ocupam espaços públicos e se fazem ali presentes. Não é possível inferir que todos os grupos que desejam participar da política tenham a possibilidade, a disponibilidade ou queiram estar em espaços institucionais e deliberar em conjunto com o Estado. Outras vias de ação política podem vir a ser frutíferas para a complementação dessa. Espaços propícios à manifestação e provocação social são essenciais para promover transformações que aproximem a democracia dos ideais de justiça (AVRITZER; COSTA, 2004; PEREIRA, 2012).

Foi recorrente nas entrevistas a menção à ação de ocupar a universidade por ser aquela atitude, dentre as disponíveis, a de maior impacto. Ao ocorrer à ocupação dos prédios, tanto as aulas como a burocracia institucional foram, em alguma medida, paralisadas. Altera-se a rotina de estudantes, docentes e funcionários, permite-se que esses reflitam e discutam sobre o ocorrido e, como consequência, abordem a temática do porquê as ocupações estão ocorrendo e pensem de forma mais profunda e crítica que o usual. É comum que no nosso dia a dia nos deixemos ser captados pelos problemas imediatos

e as necessidades de resolvê-los, gastando pouco tempo com reflexões sobre o contexto geral do país e de como, além de nós, outras pessoas podem ser afetadas por determinados projetos governamentais.

Camila destaca como as ocupações podem nos ajudar a pensar novas formas de se organizar e possibilidades de transformar o sistema em que vivemos:

“Acredito que o principal seja que, mesmo se a ocupação não atingir exatamente seus objetivos, mesmo que a gente não barre a PEC (nº 55), embora eu queira, claro, as ocupações podem mudar muito a vida dos/as ocupantes no sentido de ver o poder popular sendo construído. Vendo que não é inatingível. Sim, é bem mais difícil tomar decisões coletivas e estar em assembleias longas do que votar de quatro em quatro anos, mas, ao mesmo tempo, é incrível ver que é possível uma autogestão, um autogoverno, uma horizontalidade”

Os/as ocupantes entendem que um meio importante de transformação social no que diz respeito às medidas do atual governo seria debater a temática, trocar conhecimentos, ouvir diferentes pontos de vista sobre esses projetos e trazer a tona os motivos pelos quais acreditam que esses não corroboram o ideal de um país mais justo, democrático e igualitário.

Dos caminhos

David Harvey (2012) ressalta que o instrumento mais efetivo de oposição seria o poder coletivo dos corpos no espaço público quando não se tem acesso a outras formas de ação. Ocupar espaços como escolas, universidades e institutos federais é definir formas de organização e mobilização, processos que se iniciam nas mãos das/dos estudantes e que delineiam novos caminhos para expressar seus descontentamentos. As ações dos estudantes tanto na Argentina como no Chile nos últimos anos podem ter funcionado como inspiração e exemplo para as ações brasileiras, em especial as primeiras ocupações de escolas secundaristas ocorridas em São Paulo no final do ano de 2015.

Em São Paulo os/as estudantes ocuparam as escolas estaduais contra a proposta por parte do governo do estado de reorganização dos ensinos Fundamental II e Médio (sem que houvesse discussão ampla com a comunidade, estudantes e/ou professores). Na prática, essa medida pretendia fechar 94 escolas e realocar os/as alunos/as em salas que acabariam superlotadas. Nesse momento nem as ameaças e as ações violentas das autoridades foram capazes de frear o movimento que se expandiu rapidamente (escolas foram ocupadas em todo o estado). Ao final desse processo os/as estudantes saíram vitoriosos. Esse caso motivou o uso dessa tática por estudantes de outros estados na luta por uma educação pública de qualidade e também, como visto, por pautas mais abrangentes (como a PEC e suas possíveis consequências) (CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, 2016)

A escolha pelas ocupações como forma de protestar perpassa a ideia de um fôlego novo ao

movimento estudantil (ME). Outras táticas, como tentativas de diálogos com o governo/Estado, atos, passeatas e trancamento de vias, por exemplo, foram bastante exploradas por estudantes nos últimos anos. Encabeçado durante um longo período pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e, como consequência, reproduzindo um padrão de atuação específico (ex.: menos disruptivo quando as entidades apoiam o governo), setores do movimento estudantil viram nas ocupações uma nova forma de gerar envolvimento. Atores que antes não compunham o movimento passaram a se informar, buscar entender e, em medida mais ou menos intensa, participar.

Durante as entrevistas, esse tema se fez presente. Jorge, ocupante e aluno de jornalismo da Faculdade de Comunicação (FAC), entrevistado dia 19/11/2016, comenta a surpresa do engajamento em sua faculdade:

“Se você lê o pensamento que pauta a criação da Universidade de Brasília você vê que esse espaço foi criado para ser per pensativo, pra ser crítico, os prédios da UnB foram, inicialmente, construídos de forma tal que converge para o encontro de estudantes, não para segregação justamente pra se ter um debate político, um encontro de ideias. Isso é algo que morreu nos últimos anos da universidade (...) esse movimento que tá acontecendo é algo lindo, de reanimação da universidade (...) ocupando ou não o pessoal tá debatendo, tá formando opinião. Aqui na FAC, uma faculdade que não é tão engajada politicamente na universidade, tivemos assembleias com recorde de quórum, estudantes das quatro habilitações se uniram para pensar a FAC que queremos e debater a ocupação e ocupar.”

Para além disso, Murilo pontuou a importância de quem ainda não compunha o movimento estudantil se engajar e se fazer presente nas ocupações:

“Além de conhecer muita gente que faz parte do movimento estudantil, acho que a gente consegue expandir essa consciência de mobilização. Ter em mente que se organizar como coletivo estudantil e fortalecer esses laços universitários é muito importante ... Muita gente que não tava nesse meio anteriormente passou (com as ocupações) a fazer parte desses ciclos, dessas rodas, desses debates e se politizou, teve noção de que essa consciência coletiva de mobilização é muito importante pra alcançar objetivos dentro da universidade e fazer pressão no governo.”

As ocupações mostraram possibilidades de vivências e de engajamento político para quem as compôs que, muito possivelmente, não teriam sido experimentadas senão por meio desse processo.

A ação de ocupar pode ser um método disruptivo e/ou violento, assim como pode não ser nenhum. Coube ao estudo de caso responder como a ação se delineou nesse contexto específico. Vimos que, apesar das acusações por parte da oposição aos ocupantes, esse processo não se deu de forma violenta. Mesmo com a dificuldade de se delimitar o

conceito de violência e de ação violenta é possível perceber (pelos relatos da autora e entrevistas) que o processo aproximou-se de uma linha pacífica. Não houve resistência física e vidas não foram postas em risco. A tentativa de diálogo, em primeiro lugar, esteve sempre presente direcionando as ações do grupo.

Se, por sua vez, entendermos processos disruptivos como aqueles que “interrompem o funcionamento normal” é possível enquadrar o caso estudado (ocupações de prédios da UnB por seus estudantes) como disruptivo. Esse, certamente, interrompeu o funcionamento normal da Universidade e teve impacto no cotidiano da cidade, visto a abrangência da UnB em Brasília.

Independente do caso estudado não ter sido composto por ações violentas é importante, como visto, expandir nosso horizonte de análise para enquadrar ações não convencionais como legítimas e como fontes importantes de compreensão da nossa organização social e política. Não apenas excluir o que não convém à ordem e o que destoa da normalidade que nos foi imposta.

Considerações finais

Em um contexto político excepcional como o que estamos vivenciando desde 2016 as ações dos movimentos sociais acabam por se adaptar. Com o movimento estudantil não seria diferente. As experiências acumuladas por esse grupo se uniram ao momento político/econômico incomum e ganharam amplitude massiva. Na UnB um número grande de prédios foi ocupado simultaneamente por estudantes e autogerido por esses, algo inédito na história recente da universidade.

A heterogeneidade dentre os/as ocupantes não impediu que se organizassem, em todo o país, diante de pontos comuns e debatesses amplamente suas formas de ação e estratégias. Tanto os pontos positivos quanto negativos das ocupações foram discutidos pelos(as) participantes. Outras formas de agir foram também utilizadas simultaneamente (apuração do trâmite dos projetos na Câmara dos Deputados e no Senado e atos em frente ao Congresso Nacional, por exemplo). Pelas entrevistas foi possível perceber que os/as ocupantes da Universidade de Brasília observam mais vantagens em ocupar do que desvantagens. Esses/as apontaram a ocupação como a opção, dentre o leque de ações disponíveis, mais viável e efetiva ao mesmo tempo. O poder de chamar atenção e paralisar as atividades seria extremamente positivo para trazer à tona os debates sobre questões fundamentais que estavam afastadas na universidade. A UnB, nos últimos anos, se tornou um espaço cada vez mais apolítico.

Entender o conflito como fator estruturante da vida social, assim como proposto por Charles Tilly (1997), seria o primeiro passo para compreender as ações de grupos civis organizados na esfera pública e aprofundar o debate sobre violência e política. As formas pelas quais essas ações se dão podem ser expressas pelo conceito tillyano de repertório, entretanto, não é possível que as limitemos a esse, em razão de que, como visto em Rossi (2015) e em Collins (2000), por exemplo, existem outras performances de grupos civis organizados que o extrapolam. O

embasamento dado por esse conceito, todavia, tem sido muito importante para as outras formulações teóricas. A própria ideia de repertório se alterou ao longo do tempo e contextos. A plasticidade do termo permitiu que diferentes interpretações fossem dadas ao mesmo e que recortes geográficos e de temporalidade fossem feitos.

A política não é uma esfera neutra, sua compreensão deve envolver todo o universo das dominações. Pensá-la em relação com o conflito e com a violência é englobar facetas que ali estão presentes, mas que são comumente ignoradas, uma vez que há um grande foco na busca por consensos (como se a política fosse feita exclusivamente por esses). Excluir as esferas conflituosas e violentas da política é tratá-la como área isolada da realidade social e esse trabalho corrobora com um fazer ciência localizado, que abranja as experiências sociais para além das hegemônicas e que seja politizado.

Reconhecer a importância do conflito na estruturação da sociedade não significa rejeitar as buscas por consenso em sua totalidade. Compreender que esse, em sua forma ideal, é inatingível, não impede que busquemos mediações para os conflitos. No que diz respeito às ocupações, por exemplo, o desgaste é latente e os conflitos entre ocupantes se tornam mais frequentes medidas para amenizar o desgaste e tornar o convívio o mais agradável possível são essenciais para sua manutenção. Incorporar o conflito e a violência nas análises e entendimentos de mundo e da política não significa, portanto, deixar de buscar formas de alcançar uma concordância de ideias.

Ocupar espaços não convencionais, transformá-los e fazer disso o ponto central de sua luta é confrontar o governo e escolher um caminho marginalizado para atingir o poder e fazer valer seus interesses. O acesso privilegiado aos canais deci-

sórios, como posto, é insistentemente negado a maior parte da população. Quando recortamos para jovens e, em muitos casos, periféricos, tal acesso se mostra extremamente distante. A falta de credibilidade dada a essa parte da população dificulta que ocupem os espaços institucionais da política, além da falta de interesse (em muito devido a extrema burocratização e institucionalização desse espaço) e da desesperança, que a permeiam. Os acessos aos canais decisórios, dessa forma, se mostram distantes e tortuosos.

Pensar nas ocupações é abrir um poço infinito de questionamentos e possibilidades. O que virá desse processo? Quais impactos em longo prazo? Seriam esses marcos importantes no que diz respeito aos meios de ação e aos repertórios dos movimentos sociais? É certo que ocupar espaços (públicos e privados) como forma de reivindicação não é novidade, o que período deixaram em aberto novas possibilidades de vivências e engajamentos?

Este trabalho, para além de servir como registro sobre as ocupações, em especial o processo vivenciado da UnB, visa levantar questionamentos sobre o tema. Algumas perguntas foram respondidas ao longo do ensaio, entretanto muitas outras ficaram sem resposta e tantas outras surgem a cada revisão, conversa ou questionamento. Cabe a nós, pesquisadores/as interessados nessa temática, debatermos possíveis respostas e estarmos cientes de que novas perguntas sempre surgirão. Enquanto analisarmos a movimentação das ruas e as ações das pessoas, nunca estaremos parados/as, sempre haverá novas possibilidades de pensar e de experienciar o mundo.

Referências Bibliográficas

- ALONSO, Ângela. (2012), "Repertório, segundo Charles Tilly: História de um conceito". *Revista sociologia&antropologia*, 02, 03 21-41
- AVRITZER, Leonardo & COSTA, Sérgio. (2004), "Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina". *Dados*, 47, 4: 703-728.
- BRINGEL, Breno. (2012a), "Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas nos estudos das ações coletivas e dos movimentos sociais". *Revista sociologia&antropologia*, 02,03: 43-67
- BRINGEL, Breno. (2012b), "Ciclos de protesto e lutas estudantis no Brasil". *Revista Perspectiva Histórica*, 2, 29-43.
- CAMPOS, Antonia M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. (2016), *Escolas de luta*. São Paulo, Veneta.
- COADY, C. A. J. (1986). "The Idea of Violence". *Journal of Applied Philosophy*, 3: 3-19.
- COLLINS, Patricia Hill. (2000), "Black Feminist Epistemology", in autor (org.), *Black Feminist Thought. Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*, Nova Iorque, Londres, Routledge.
- DAGNINO, Evelina. (2004), "¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?", in D. Mato, *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*, Caracas, FACES, Universidad Central de Venezuela: 95-110.
- DAGNINO, E.; OLVERA, A.; PANFICHI, A. (2006), "Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina", in autor (org.), *A disputa pela construção democrática na América Latina*, São Paulo, Paz e Terra: 13-91.
- DELLA PORTA, Donatella. (2011), "Repertoires of contention", in E. Chenoweth & M. Stephan, *Why Civil Resistance Works. The Strategic Logic of Nonviolent Conflict*, Columbia University Press.
- GALTUNG, J. (1969), "Violence, Peace, and Peace Research". *Journal of Peace Research*, 6: 167-191.
- GELDERLOOS, P. (2011), *Como a Não Violência protege o Estado*. Porto Alegre, Editora Deriva.
- HARVEY, David. (2012) "Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis", in D. Harvey et al (org.), *Occupy!: movimentos de protesto que tomaram as ruas*, Boitempo, Carta Maior.

HIRSCH, Eric L. (1900), "Sacrifice for the cause: Group process, Recruitment, and Commitment in a Student Social Movement", *American Sociological Review*, 55, 2: 243-254.

MAQUIAVEL. 2007 [1513], *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo, Martins Fontes.

MICHAUD, Yves. (1989), *A Violência*. São Paulo, Ed. Ática.

MIGUEL, Luis Felipe. (2015), "Violência e Política". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 30, 88: 29-44.

MIGUEL, Luis Felipe. (2014), "Consenso e conflito na teoria democrática: para além do agonismo". *Lua Nova*, 92: 13-43.

MORAES FILHO, E. Simmel. (1983), *A natureza sociológica do conflito*. São Paulo, Ed. Ática.

PEREIRA, Marcus Abílio. (2012), "Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária". *Opinião Pública*, 18, 1: 68 - 87.

PIRES, Álvaro P. (2008), "Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais", in J.Poupart et al. *A Pesquisa Qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos*. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, Vozes.

ROSSI, Federico M. (2015) "Conceptualizing Strategy Making in a Historical and Collective Perspective", in F. rossi & M. V. Bülow, Marisa Von Bülow, *Social Movement Dynamics: New Perspectives on Theory and Research from Latin America*. Farnham, Ashgate: 15-41.

STEPHAN, Maria J. & CHENOWETH, Erica. (2008), "Why Civil Resistance Works: The Strategic Logic of Nonviolent Conflict". *International Security*, 33, 1: 7-44.

TARROW, Sidney. (2009), *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, Ed. Vozes.

TILLY, Charles. (1977), *From mobilization to revolution*. Michigan, University of Michigan.

VIEIRA JÚNIOR, R. J. A. "As Inconstitucionalidades do "Novo Regime Fiscal" Instituído pela PEC nº 55, de 2016 (PEC nº 241, de 2016, na Câmara dos Deputados)". Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, novembro/2016 (Boletim Legislativo nº 53, de 2016). Disponível em: <www.senado.leg.br/estudos. Acesso em: 31/07/2017>.

WOLFF, R. P. (1969) "On Violence". *The Journal of Philosophy*, volume, edição: 601-616.

ZIZEK, Slavoj. (2014), *Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo, Ed. Boitempo.

